

RECEITA FEDERAL

AUDITOR FISCAL



APOSTILA
COMPLETA



MATERIAL PARA
DOWNLOAD



TEORIA E
QUESTÕES

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Maxi
educa



Receita Federal

Auditor Fiscal

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna...	1
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	15
Emprego de tempos e modos dos verbos em português; mecanismos de flexão dos nomes e verbos	17
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	21
Processos de formação de palavras	33
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	38
Concordância nominal e verbal	46
Transitividade e regência de nomes e verbos	52
Padrões gerais de colocação pronominal no português	55
Mecanismos de coesão textual	57
Ortografia	58
Acentuação gráfica	68
Emprego do sinal indicativo de crase	77
Pontuação	79
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	83
Variação linguística	85
Norma culta	87
Questões	88
Gabarito	94

LÍNGUA INGLESA

Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa	1
Compreensão e interpretação de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais	2

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos	4
Palavras e expressões equivalentes; Elementos de referência	6
Questões	8
Gabarito	21

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados. formação de conceitos, discriminação de elementos.....	1
Conjuntos e suas operações, diagramas	25
Números inteiros, racionais e reais e suas operações.....	31
Porcentagem e juros	44
Proporcionalidade direta e inversa	49
Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.....	51
Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal	56
Raciocínio matemático	61
Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal	69
Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas	74
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	81
Problemas de contagem e noções de probabilidade	85
Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área	93
Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância	106
Problemas de lógica e raciocínio.....	108
QUESTÕES.....	113
GABARITO	123

ESTATÍSTICA

Estatística descritiva. Média, moda, mediana e desvio padrão.....	1
Probabilidade.....	6
Distribuições de probabilidade	9
Inferência: estimação pontual e intervalar e testes de hipóteses.....	20
Predição: abordagens; séries temporais; regressão linear simples e múltipla	24
Regressão logística	38

SUMÁRIO

SUMÁRIO



QUESTÕES.....	40
GABARITO	51

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Teoria da administração e das organizações	1
O processo administrativo. Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle	11
Papéis e habilidades do administrador.....	25
Planejamento estratégico: conceitos, princípios, etapas, níveis, métodos e ferramentas. Planejamento tático. Planejamento operacional	32
Administração por objetivos	35
Organização: princípios de organização; estrutura organizacional; departamentalização; centralização e descentralização	35
Processo decisório: tipos de decisões; decisão racional; heurísticas; ferramentas de apoio à decisão	39
Comportamento organizacional: cultura organizacional; motivação; liderança; comunicação; equipes de trabalho.....	41
Controle: tipos de controle; sistemas de controle.....	44
Balanced scorecard.....	46
Gestão de pessoas: evolução; conceitos básicos; abordagem estratégica; indicadores de gestão de pessoas	47
Recrutamento e seleção de pessoas: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; recrutamento interno e externo; técnicas de recrutamento e seleção	52
Análise e descrição de cargos.....	59
Treinamento e desenvolvimento: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; métodos; avaliação de programas de treinamento e desenvolvimento.....	61
Gestão do desempenho: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; métodos	63
Gestão por competências.....	66
Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial: principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade; ferramentas de gestão da qualidade	66
Gestão de projetos: modelos, etapas, elaboração, técnicas de análise e avaliação de projetos.....	70
Gestão de processos. Conceitos da abordagem por processos. Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos. BPM.....	75

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Administração Financeira. Indicadores de Desempenho. Tipo. Variáveis. Princípios gerais de alavancagem operacional e financeira. Planejamento financeiro de curto e longo prazo. Conceitos básicos de análise de balanços e demonstrações financeiras	78
Questões	88
Gabarito.....	96

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado; reforma do serviço civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e reforma do aparelho do Estado	1
Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático; o Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem-estar, o Estado regulador	21
Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.....	30
Governo eletrônico	34
Transparência da administração pública	35
Controle social e cidadania	36
Accountability	40
Gestão por resultados na produção de serviços públicos.....	43
Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais	46
Administração de pessoal	49
Administração de compras e materiais: processos de compras governamentais e gerenciamento de materiais e estoques.....	53
Sustentabilidade das contratações.....	61
Mudanças institucionais: conselhos, organizações sociais, organização da sociedade civil de interesse público (OSCI), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos	63
Conceitos básicos de planejamento. Aspectos administrativos, técnicos, econômicos e financeiros. Formulação de programas e projetos. Avaliação de programas e projetos. Tipos de avaliação. Análise custo benefício e análise custo-efetividade. Planejamento e avaliação nas políticas públicas	72
Governança Pública. Conceitos fundamentais. Princípios, diretrizes e níveis de análise. Sistema de governança. Práticas de governança	76
Gestão de Riscos: princípios, objetos, técnicas, modelos nacionais e internacionais, integração ao planejamento. Processo de Gestão de Riscos: comunicação, consulta, contextualização, identificação, análise, tratamento, monitoramento e retroalimentação. Boas práticas de gestão de Riscos	78
Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas, financiamento de políticas públicas, indicadores de desempenho de políticas públicas.....	80

SUMÁRIO

SUMÁRIO



As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo; descentralização e democracia; participação, atores sociais e controle social; gestão local, cidadania e equidade social.....	89
Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação).	92
Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência).....	104
Questões	106
Gabarito.....	114

AUDITORIA

Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria – NBC TA e NBC PA	1
Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC nº 1.222/2009.....	7
Testes de observância.....	16
Testes substantivos	16
Testes para subavaliação e testes para superavaliação.....	16
Procedimentos de auditoria.....	22
Identificação de fraudes na escrita contábil	23
Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria.....	29
Auditoria no ativo circulante	32
Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa	37
Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais.....	42
Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado.....	48
Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário.....	58
Baixa fictícia de títulos não recebidos	66
Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas	69
Auditoria no ativo não circulante. Superavaliação na formação dos custos de estoque.....	75
Auditoria no ativo realizável a longo prazo. Identificação de origens de recursos fictícias.....	83
Auditoria em investimentos	85
Auditoria no ativo imobilizado. Ativos ocultos.....	88
Alienação fictícia de bens.....	95
Auditoria no ativo intangível	101

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Auditoria no passivo circulante. Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo.....	104
Passivos fictícios	107
Identificação de passivos já pagos e não baixados	109
Auditoria no passivo não circulante.....	111
Auditoria no patrimônio líquido	114
Aumento do capital social sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros	116
Contabilização de reservas	118
Subvenções.....	121
Auditoria em contas de resultado.....	123
Registro de receitas e despesas	129
Ocultação de receitas.....	136
Superavaliação de custos e despesas.....	142
Identificação de fraudes e erros na escrita fiscal	144
Auditoria em operações de importação.....	156
Lei Complementar nº 105/2001 (dispõe sobre sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências).....	165
Questões	170
Gabarito.....	177

CONTABILIDADE GERAL

Contabilidade; Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil	1
Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).....	5
Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura	8
Atos e fatos administrativos.....	11
Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil.....	13
Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas.....	16
Apuração dos resultados.....	18
Regimes de apuração; Caixa e competência.....	20
Escrituração contábil	23
Lançamentos contábeis.....	24
Contas patrimoniais, resultado	25
Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos	33
Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido	34

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado	42
Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações.....	47
Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/09 e suas alterações.....	56
Estoques.....	91
Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.....	98
Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas	100
Questões	104
Gabarito.....	112

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público	1
Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG): objetivos e usuários; prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão; a continuidade das entidades do setor público; situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa; Regime de Competência e Regime de Caixa	49
Características qualitativas da informação: características qualitativas fundamentais; características qualitativas de melhoria.....	54
Características da entidade que reporta a informação contábil	56
Elementos das Demonstrações Contábeis: propósito e definições de ativos e passivos, receitas e despesas; superávit ou déficit do exercício	59
Reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis: evidenciação, reconhecimento e desreconhecimento; bases de mensuração para ativos e passivo .	61
Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público	65
Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei 4320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; de acordo com o MCASP.....	74
Plano de Contas aplicado ao Setor Público	82
Conceito de contas patrimoniais e de resultado.....	89
Função e estrutura das contas.....	97
Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas	103
Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000	107

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.....	136
Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição	141
Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.....	149
Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público.....	159
Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP); Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição; Procedimentos Contábeis Orçamentários (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial (MCASP))	162
Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13)	180
Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).....	189
Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.....	197
Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018	197
Trabalho de asseguarção (NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguarção).....	198
Questões	201
Gabarito.....	209

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Microeconomia. Conceitos básicos: o problema econômico fundamental, mercado, fluxos econômicos em uma economia de mercado, variáveis-fluxo e variáveis-estoque.....	1
Demanda e oferta, deslocamento das curvas de oferta e demanda. Elasticidades da oferta e da demanda	2
Teoria do Consumidor: restrição orçamentária, curvas de indiferença, utilidade, bens substitutos e complementares, escolha do consumidor, índices de Laspeyres e de Paasche, efeito renda e efeito substituição, demanda de mercado, excedente do consumidor.....	4
Escolha sob incerteza: preferências em relação ao risco	6
Produção: os fatores de produção, custos de produção, isoquantas, substituição entre insumos, rendimentos decrescentes, excedente do produtor.....	8
Mercados competitivos: concorrência perfeita, análise de mercados competitivos, maximização de lucros, equilíbrio de mercado	12
Poder de mercado: monopólio, monopsonio, oligopólio	14
Noções de teoria dos jogos: dilema do prisioneiro, equilíbrio de Nash.....	16
Eficiência econômica: eficiência nas trocas, livre comércio, vantagem comparativa, fronteiras de possibilidades de produção	18

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Falhas de mercado: assimetria de informação, risco moral, seleção adversa, papel do governo, bens públicos, externalidades	19
Economia comportamental: aversão à perda, comportamento de manada.....	20
Macroeconomia. Contas Nacionais, agregados macroeconômicos, produto, renda e despesa, diferentes conceitos de produto, consumo, investimento, poupança	22
Exportações e importações, balanço de pagamentos e taxas de câmbio	26
Inflação, índices de preços.....	29
Política monetária e taxas de juros	33
Política fiscal: tributos e gastos do governo	35
Ciclos econômicos, estabilização econômica, o modelo IS-LM, planos de estabilização no Brasil, Plano Real.....	38
Déficit orçamentário e dívida pública, teto de gastos.....	41
Globalização, G20 e o papel dos organismos internacionais na governança global. ...	44
Finanças Públicas. As funções econômicas do Estado: alocativa, distributiva e estabilizadora	49
Orçamento público e os parâmetros da política fiscal no Brasil.....	55
Responsabilidade fiscal, regras fiscais.....	60
Ingressos públicos: conceito, classificação, tipos	95
Fontes de financiamento público.....	100
Tributação: preços e eficiência econômica, incidência tributária, perda de peso morto	104
Carga tributária: conceito, composição, evolução no Brasil.....	106
Princípios de descentralização fiscal: transferências intergovernamentais: classificação e critérios.....	110
QUESTÕES.....	117
GABARITO.....	123

FLUÊNCIA EM DADOS

Conceitos, atributos, métricas, transformação de Dados. Análise de dados. Agrupamentos. Tendências. Projeções	1
Conceitos de Analytics	2
Aprendizado de Máquina. Inteligência Artificial. Processamento de Linguagem Natural.....	3
Governança de Dados: conceito, tipos (centralizada, compartilhada e colegiada).....	7
Big Data. Big Data em relação a outras disciplinas. Ciência dos dados. Ciclo de vida do processo de ciência de dados. Papeis dos envolvidos em projetos de Ciência de dados e Big Data. Arquitetura de Big Data. Modelos de entrega e distribuição de serviços de Big Data. Plataformas de computação em nuvem para Big Data. Soluções para Big Data.....	8

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Computação em nuvens.....	15
Linguagens de programação para ciência de dados: linguagem Python e R	19
Ciência de dados: Importância da informação. Bancos de dados não relacionais: bancos de dados NoSQL; Modelos Nosql. Principais SGBD's	30
QUESTÕES.....	44
GABARITO	51

DIREITO CONSTITUCIONAL

Teoria Geral do Estado.....	1
Os poderes do Estado e as respectivas funções	7
Teoria geral da Constituição: Conceito; Origens; Conteúdo; Estrutura; Classificação; Tipos de Constituição; Poder constituinte	12
Supremacia da Constituição.....	24
Os princípios constitucionais; Dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil.....	25
Constituição: Interpretação e controle de constitucionalidade; Normas constitucionais e inconstitucionais; Competência dos tribunais; Efeitos da decisão no controle de constitucionalidade	27
Emenda, reforma e revisão constitucional	39
Hierarquia das normas jurídicas.....	40
Dos direitos e garantias fundamentais	41
Da organização do Estado político-administrativo: Da Administração Pública; Dos servidores públicos civis.....	59
A organização dos Poderes: O Poder Legislativo; A fiscalização contábil, financeira e orçamentária; O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno; Tribunal de Contas da União.....	68
O Poder Executivo: O Presidente e o Vice-Presidente da República; As atribuições do Presidente da República; A responsabilidade do Presidente da República; Os Ministros de Estado.....	77
O Poder Judiciário: Disposições Gerais; O Supremo Tribunal Federal; O Superior Tribunal de Justiça	82
O Ministério Público.....	105
A defesa do Estado e das instituições democráticas	110
Da tributação e do orçamento: Sistema Tributário Nacional; Das finanças públicas; Do orçamento.....	116
Da ordem social.....	157
Das disposições gerais.....	182
Das disposições constitucionais transitórias	185
Questões	228

SUMÁRIO

SUMÁRIO



GABARITO	238
----------------	-----

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Aspectos teóricos e conceituais da Seguridade Social e Previdência Social	1
Seguridade Social: Origem e evolução legislativa no Brasil; Conceituação; Organização e princípios constitucionais.....	2
Legislação previdenciária: Conteúdo, fontes, autonomia; Aplicação das normas previdenciárias; Vigência, hierarquia, interpretação e integração; Orientação dos tribunais superiores	9
Regime Geral de Previdência Social: Princípios e objetivos; O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS); . Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em seu enfoque jurídico, atualizada até a data do edital (Lei do custeio); Segurados obrigatórios; Filiação e inscrição; Conceito, características e abrangência de: empregado, empregado doméstico, empresário, contribuinte individual, equiparado ao contribuinte individual, microempreendedor individual (MEI), trabalhador avulso e segurado especial e Segurado facultativo; Conceito, características, filiação e inscrição de: Dependentes	23
Trabalhadores excluídos do Regime Geral	48
Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário.....	57
Financiamento da seguridade social: Receitas da União; Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, de concursos de prognósticos e de outras fontes; Salário de contribuição; Conceito; Parcelas integrantes e parcelas não integrantes; Limites mínimo e máximo; Salário-base: enquadramento, fracionamento, progressão e regressão; Proporcionalidade; Reajustamento; Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social; Obrigações da empresa e demais contribuintes; Prazo de recolhimento	65
Responsabilidade solidária: conceito, natureza jurídica e características: Aplicação na construção civil, na cessão de mão de obra e em grupo econômico.....	76
Isenções e parcelamentos de contribuições: requisitos, manutenção e perda	85
Crimes contra a seguridade social	94
Infrações à legislação previdenciária	103
Questão do equilíbrio financeiro da Previdência Social	112
Problemas estruturais da Previdência Social	121
Questões	131
GABARITO	140

SUMÁRIO

SUMÁRIO



DIREITO TRIBUTÁRIO

Competência Tributária; Imunidades; Capacidade Tributária	1
Limitações Constitucionais do Poder de Tributar	4
Conceito e Classificação dos Tributos; Tributos de Competência da União; Tributos de Competência dos Municípios; Tributos de Competência dos Estados; Princípios Constitucionais Tributários	6
Legislação Tributária	47
Fontes do Direito Tributário	50
Vigência da Legislação Tributária; Aplicação da Legislação Tributária; Interpretação e Integração da Legislação Tributária; Interpretação econômica do Direito Tributário; Solidariedade.....	53
Obrigação Tributária Principal e Acessória; Fato Gerador da Obrigação Tributária; Sujeição Ativa e Passiva; Domicílio Tributário; Responsabilidade Tributária; Conceito; Responsabilidade dos Sucessores; Responsabilidade por Infrações.....	55
Crédito Tributário. Conceito; Constituição do Crédito Tributário; Extinção do Crédito Tributário; Modalidades; Garantias e Privilégios do Crédito Tributário; Garantias e Privilégios do Crédito Tributário; Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Modalidades	63
Lançamento. Modalidades de Lançamento; Hipóteses de alteração do lançamento ...	74
Pagamento Indevido.....	77
Administração Tributária; Dívida Ativa; Certidões Negativas	77
Sigilo Fiscal	81
Processo Administrativo Fiscal (Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972)	89
Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965).....	103
Ação cautelar fiscal	108
A Lei de Liberdade Econômica e sua mitigação perante o Direito Tributário (Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019)	118
Tributação no regime falimentar.....	132
Planejamento Tributário.....	141
Abuso de formas	149
Questões	159
Gabarito.....	168

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Fundamentos Econômicos de Comércio: Principais Teorias do Comércio Internacional; Política Econômica em Economias Abertas; Mercados Internacionais; Balanço de Pagamentos; Evolução do Sistema Monetário Internacional.....	1
---	---

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Comércio Internacional: Conceitos Básicos de Comércio Internacional; GATT; Protecionismo; Barreiras Comerciais e Desenvolvimento; Integração Comercial; Zona de Preferência Tarifária, Área de Livre Comércio e União Aduaneira; ALALC, ALADI, Comunidade Andina de Nações; OMC e Acordos da Rodada Uruguai; Acordo Constitutivo da OMC; Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – 1994; Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.; Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral – Antidumping; Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do Acordo Geral – Valoração Aduaneira; Acordo sobre Inspeção Pré-embarque; Acordo sobre Regras de Origem; Acordo sobre Procedimentos para o Licenciamento de Importações; Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias; Acordo de Salvaguardas; OMC na Rodada de Doha; Acordo sobre Facilitação de Comércio	9
Mercosul: Estrutura Institucional, Composição e Objetivos; Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum; Protocolo de Ouro Preto (Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul; Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul.....	15
Políticas de Comércio Exterior e Tratamento Administrativo: Políticas de Comércio Exterior do Brasil; Órgãos Nacionais Intervenientes do Comércio Exterior do Brasil; Financiamento às Exportações; Incentivos à Exportação; Aspectos Administrativos na Exportação e Importação	17
Câmbio, Pagamento e Seguros no Comércio Internacional: Pagamentos Internacionais e Mercado de Câmbio Brasileiro; Fatores e Determinação da Taxa de Câmbio; Capitais Internacionais; Modalidades ou Métodos de Pagamento; Contratação de Câmbio; Trava, Deságio, Prêmio, Desconto; Liquidação, Alteração, Prorrogação, Cancelamento e Baixa de contrato de câmbio; Despesas Bancárias; Comissão de agentes; Disponibilidades no Exterior; Pagamentos usados na exportação e na importação; Aspectos Fiscais nas Operações de câmbio; Seguros Internacionais	21
Logística Internacional: Integração das funções logísticas e Suply Chain; Termos Comerciais Internacionais – Incoterms; Tipos de carga; Sistema de Transporte Internacional; Custos Logísticos; Multimodalidade; Operadores Logísticos Internacionais	27
Aspectos Tributários: Classificação Fiscal de Mercadorias; Tarifa Externa Comum; Regime de Origem do Mercosul.....	33
Questões	37
GABARITO	44

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública: princípios básicos.....	1
Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder	7
Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.....	18

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista; Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação	37
Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005)	46
Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos	51
Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar	56
Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999)	103
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo	114
Responsabilidade extracontratual do Estado	119
Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992)	124
Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021)....	139
Serviços públicos: Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade; Delegação de serviço público: autorização, permissão e concessão	213
Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e cessão de uso	232
Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa	234
Terceiro Setor: Entes paraestatais	239
Lei Geral de Proteção a Dados (Lei nº 13.709/2018)	241
Questões	265
Gabarito	273

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Imposto sobre a Importação: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração	1
Imposto sobre a Exportação: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração	8
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Competência e sujeito ativo; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração	18

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Critérios orientadores; Renda e Proventos. Conceito; Disponibilidade Econômica ou jurídica; Acréscimo patrimonial; Tributação das pessoas físicas; Fato Gerador; Contribuintes; Responsáveis; Base de cálculo; Deduções; Tributação exclusiva; Sistema de bases correntes; Recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão); Tributação Definitiva; Ajuste Anual; Tributação das pessoas jurídicas; Fato gerador; Contribuintes; Responsáveis; Base de cálculo; Despesas dedutíveis e indedutíveis; Lucro real; Lucro presumido; Lucro arbitrado; Lucros, rendimentos e ganhos de capital obtidos no exterior; Preço de transferência; Investimentos em sociedades coligadas e controladas avaliados pelo método do patrimônio líquido; Reorganizações societárias; Tributação na fonte; Regime de caixa e regime de competência; Apuração.....	27
Imposto sobre Produtos Industrializados: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo	39
Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	47
Contribuições Sociais: Princípios e regras constitucionais aplicáveis às contribuições sociais; Contribuição para o PIS/Pasep e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Princípios e regras constitucionais aplicáveis às contribuições; Regime de apuração cumulativa; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração; Regime de apuração não cumulativa; Fato gerador; Contribuinte; Créditos; Base de cálculo; Apuração.....	60
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	69
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide-Combustíveis (Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001); Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	79
Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação (Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000); Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração	84
Questões	95
GABARITO	102

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

Jurisdicção Aduaneira: Território Aduaneiro; Portos, Aeroportos e Pontos de Fronteira Alfandegados; Alfandegamento; Recintos Alfandegados; Administração Aduaneira..	1
Controle Aduaneiro de Veículos	6

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Impostos, Taxas e Contribuições na Importação e na Exportação: Imposto de Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuintes e Responsáveis; Pagamento e Depósito; Restituição e Compensação; Isenções e Reduções; Imunidade de livros, jornais e periódicos e do papel destinado à sua impressão; Imposto de Exportação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuintes; Pagamento; Isenções; Incentivos Fiscais na Exportação; Imposto sobre Produtos Industrializados vinculados à Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuinte; Prazo de Recolhimento; Isenções; Imunidades de Livros, Jornais e Periódicos e do Papel Destinado à sua Impressão; Suspensão do Pagamento; Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Contribuintes e Responsáveis Solidários; Isenções; Pagamento; Suspensão do Pagamento; Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na Importação de Cigarros; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis (CIDE-Combustíveis); Incidência; Fato Gerador; Contribuinte e Responsável Solidário; Base de Cálculo; Alíquota; Pagamento; Isenções; Taxa de Utilização do Siscomex	14
Regimes Aduaneiros Especiais e Aplicados em Áreas Especiais: Trânsito Aduaneiro; Admissão Temporária; Admissão Temporária para Aperfeiçoamento Ativo; Drawback; Entreposto Aduaneiro; Regime de Entreposto Aduaneiro sob Controle Aduaneiro Informatizado – Recof; Regime Aduaneiro Especial de Importação de Insumos Destinados a Industrialização por Encomenda de Produtos Classificados nas Posições 8701 a 8705 da NCM – Recom; Exportação Temporária; Exportação Temporária para Aperfeiçoamento Passivo; Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra das Jazidas de Petróleo e Gás Natural – Repetro; Regime Aduaneiro Especial de Importação de Petróleo Bruto e seus Derivados – Repex; Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto; Loja Franca; Depósito Especial; Depósito Afiançado; Depósito Alfandegado Certificado; Regimes Aduaneiros Aplicados em Áreas Especiais; Zona Franca de Manaus; Áreas de Livre Comércio; Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).....	31
Controle Aduaneiro de Mercadorias: Despacho Aduaneiro; Despacho de Importação; Despacho de Exportação; Casos Especiais; Revisão Aduaneira; Normas Especiais; Mercadorias provenientes de naufrágio e outros acidentes; Abandono de Mercadoria ou de Veículo; Avaria, Extravio e Acréscimo; Mercadorias presumidas idênticas; Tráfego Postal; Tráfego de Cabotagem	52
Infrações e Penalidades Aduaneiras: Pena de perdimento; Multas; Sanções Administrativas; Relevação de penalidades; Representação Fiscal para Fins Penais; Infrações praticadas pelos Órgãos da Administração Pública	61

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Crédito Tributário, Processo Fiscal e Controle Administrativo Específico da Área Aduaneira: Crédito Tributário; Lançamento de ofício; Acréscimos Legais; Decadência e Prescrição; Termo de Responsabilidade; Processo Fiscal; Processo de determinação e exigência de crédito tributário; Processo de perdimento; Processo de aplicação de penalidade pelo transporte rodoviário de mercadoria sujeita a pena de perdimento; Processo de aplicação de sanções administrativas aos intervenientes nas operações de comércio exterior; Processos de aplicação e de exigências dos direitos antidumping e compensatórios; Processos de consulta; Controle Administrativo Específico; Destinação de mercadorias; Controle de processos e de declarações; Atividades relacionadas aos serviços aduaneiros; Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF)	88
Questões	113
GABARITO	120

SUMÁRIO



INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A compreensão interpretativa é uma etapa avançada da leitura, na qual o leitor não se limita a decodificar palavras ou identificar informações explícitas no texto, mas também busca interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre afirmações factuais e opiniões. Essa capacidade de interpretar um texto em níveis mais profundos é essencial para o desenvolvimento de uma leitura crítica e para a formação de leitores autônomos e reflexivos.

A interpretação vai além do óbvio, exigindo que o leitor se envolva com o texto, compreendendo as entrelinhas, reconhecendo os pontos de vista do autor e sendo capaz de avaliar a validade das informações apresentadas.

► Propósito do Autor

Um dos aspectos centrais da compreensão interpretativa é a identificação do propósito do autor. Para compreender o texto em profundidade, é essencial que o leitor seja capaz de reconhecer por que o autor o escreveu e qual é sua intenção principal. O propósito de um texto pode variar consideravelmente: o autor pode querer informar, persuadir, entreter, explicar, criticar, ou até mesmo provocar reflexões e debates sobre temas complexos. Identificar esse propósito é importante porque ele orienta a maneira como o leitor interpreta o conteúdo e reage às informações apresentadas.

Quando o propósito do autor é informar, ele busca transmitir conhecimentos ou dados de maneira objetiva, sem, em princípio, tentar influenciar a opinião do leitor. Textos jornalísticos, científicos e relatórios são exemplos típicos desse tipo de intenção. Já em textos cujo objetivo é persuadir, o autor tenta convencer o leitor a adotar uma determinada postura ou ideia, utilizando argumentos, retórica e técnicas de persuasão. É o caso, por exemplo, de artigos de opinião, editoriais e propagandas. Quando o texto busca entreter, a intenção do autor é envolver o leitor por meio de histórias, emoções ou humor, como ocorre na literatura de ficção, no teatro e nas narrativas humorísticas.

Reconhecer o propósito do autor é fundamental porque, ao fazer isso, o leitor pode ajustar sua interpretação para captar melhor as intenções por trás do discurso. Isso o ajuda a compreender as escolhas linguísticas, o tom e a organização do texto. Por exemplo, em um artigo persuasivo, o autor pode selecionar dados e argumentos que favoreçam seu ponto de vista, enquanto, em um texto informativo, ele deve se ater a uma apresentação mais equilibrada dos fatos. Assim, a clareza quanto ao propósito do autor aprimora a leitura crítica e permite que o leitor avalie o texto com maior precisão.

► Informações Implícitas

Outro aspecto essencial da compreensão interpretativa é a habilidade de identificar informações implícitas no texto. Informações implícitas são aquelas que não estão declaradas de forma explícita, mas que podem ser inferidas pelo leitor com base no contexto, na estrutura textual e nos indícios linguísticos. Para interpretar corretamente essas informações, o leitor precisa “ler nas entrelinhas”, isto é, captar significados que vão além das palavras ditas ou escritas.

Muitas vezes, os autores não expõem todas as informações diretamente, deixando que o leitor faça deduções a partir do que foi apresentado. Esse tipo de comunicação é comum em textos literários, mas também pode ocorrer em textos argumentativos, jornalísticos e outros gêneros.

Por exemplo, em uma narrativa literária, um autor pode descrever a expressão de um personagem ou a ambientação de uma cena sem revelar diretamente seus sentimentos ou intenções, deixando que o leitor faça a inferência sobre o estado emocional ou as motivações do personagem. Em textos de opinião, o autor pode sugerir, de forma indireta, sua visão sobre um assunto sem afirmá-la de modo explícito, utilizando uma escolha de palavras ou uma estrutura argumentativa que conduza o leitor a uma conclusão.



O domínio da língua inglesa não se limita apenas ao conhecimento de regras gramaticais e ao vocabulário formal ensinado nos livros didáticos. Com a rápida evolução da sociedade e da tecnologia, a linguagem inglesa também tem passado por mudanças significativas. As formas contemporâneas da língua são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo cultura pop, mídias sociais, avanços tecnológicos e globalização. Vamos explorar esses elementos e entender como o inglês moderno se difere em muitos aspectos do inglês “tradicional”.

Influência da Cultura Pop e Mídias Sociais

As músicas, filmes, séries de televisão e redes sociais têm um impacto significativo sobre como a língua inglesa é usada hoje em dia. Por exemplo, termos como “ghosting” (ignorar alguém intencionalmente) ou “FOMO” (Fear of Missing Out; medo de ficar por fora) são produtos diretos da cultura contemporânea.

Abreviações e Neologismos

Em um mundo acelerado e digitalizado, a eficiência muitas vezes dita as regras da comunicação. Isso é evidenciado pelo uso frequente de abreviações como “IDK” (I Don’t Know; eu não sei) ou “BRB” (Be Right Back; já volto). Neologismos, ou novas palavras, também surgem continuamente para descrever novos conceitos ou fenômenos, como “webinar” (uma combinação de web e seminar; seminário na web) ou “meme” (uma ideia ou comportamento viral).

Flexibilidade Gramatical

Embora as regras gramaticais não tenham mudado drasticamente, há uma crescente aceitação de formas mais flexíveis e menos formais em contextos não acadêmicos ou profissionais. Por exemplo, a duplicação de intensificadores como em “very very good” ou o uso de “they” como um pronome singular de gênero neutro.

A Globalização e Variações Regionais

O inglês não é mais apenas uma língua do mundo ocidental. Ele é falado globalmente e, conseqüentemente, absorveu várias palavras e expressões de outras línguas e culturas. Além disso, diferentes regiões têm suas próprias variações do inglês, como o “Hinglish” na Índia, que é uma mistura de inglês com hindi.

A Importância de Se Adaptar

Manter-se atualizado com as formas contemporâneas da língua inglesa é crucial, especialmente para os profissionais e estudantes que desejam se comunicar eficazmente em um ambiente globalizado. Isso não significa abandonar o conhecimento do inglês formal, mas sim complementá-lo com o domínio de formas mais atuais e contextuais.

A Dinamicidade do Inglês Contemporâneo

O inglês contemporâneo é uma entidade viva e em constante evolução. Sua riqueza não reside apenas em sua gramática e vocabulário estabelecidos, mas também em sua capacidade de se adaptar e crescer em resposta às mudanças na sociedade e na tecnologia.

Compreender e utilizar as formas contemporâneas da língua não é apenas uma habilidade útil, mas também um passo necessário para se tornar verdadeiramente proficiente e contextualmente sensível em inglês. O domínio dessas formas modernas permite uma comunicação mais rica, mais precisa e mais eficaz, tornando-se um componente indispensável para qualquer pessoa séria sobre a aprendizagem e o uso do inglês no mundo atual.



A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

▸ Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

▸ Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$. Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.” Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

▸ Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhosos!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”



ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística é uma ciência que se dedica à coleta, organização, análise, interpretação e apresentação de dados. Seu papel é fundamental em diversas áreas do conhecimento, como economia, saúde, educação, engenharia, entre outras, permitindo transformar dados brutos em informações relevantes para a tomada de decisões e a resolução de problemas.

A estatística descritiva é uma das principais ramificações da estatística e tem como objetivo resumir e organizar grandes quantidades de dados de forma clara e acessível. Utilizando ferramentas, essa abordagem permite identificar padrões e tendências, além de simplificar a apresentação dos dados, tornando-os mais compreensíveis e úteis para análises. Vejamos essas ferramentas:

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL

As medidas de tendência central são estatísticas que resumem um conjunto de dados, representando o ponto central em torno do qual os dados estão distribuídos. Essas medidas são fundamentais na análise estatística, pois fornecem uma visão concisa da informação contida em uma grande quantidade de dados. As três medidas de tendência central mais comuns são a média aritmética, a mediana e a moda.

► Média aritmética (\bar{x})

A média aritmética nos permite resumir um conjunto de números em um único valor representativo. Existem dois tipos principais de média: a média aritmética simples e a média aritmética ponderada.

Média simples

A média aritmética simples é calculada somando todos os valores de um conjunto e dividindo essa soma pelo número total de elementos. Ela é utilizada quando todos os valores têm a mesma importância.

Fórmula:

$$\bar{x} = \frac{\sum x_i}{n}$$

Onde:

- \bar{x} é a média aritmética.
- $\sum x_i$ é a soma de todos os valores do conjunto.
- n é o número total de elementos.

Exemplo: Calcule a média das notas de cinco alunos em uma prova. As notas são:

Aluno	Nota
Aluno 1	6,0
Aluno 2	7,5
Aluno 3	8,0
Aluno 4	9,0
Aluno 5	7,0

Primeiro somamos todas as notas

$$6,0 + 7,5 + 8,0 + 9,0 + 7,0 = 37,5$$

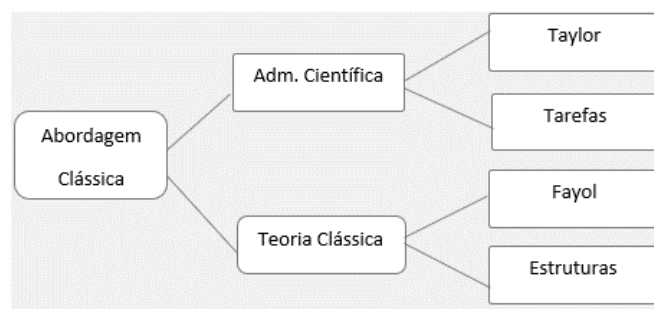


PRINCIPAIS ABORDAGENS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁSSICA ATÉ CONTINGENCIAL)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

- 1. Abordagem Clássica:** que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.
- 2. Abordagem Humanística:** que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.
- 3. Abordagem Neoclássica:** que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).
- 4. Abordagem Estruturalista:** que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.
- 5. Abordagem Comportamental:** que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).
- 6. Abordagem Sistêmica:** centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.
- 7. Abordagem Contingencial:** que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.



► Origem da Abordagem Clássica

1 — O crescimento acelerado e desorganizado das empresas:

- Ciência que substituiu o empirismo;
- Planejamento de produção e redução do improviso.

2 — Necessidade de aumento da eficiência e a competência das organizações:

- Obtendo melhor rendimento em face da concorrência;
- Evitando o desperdício de mão de obra.



HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A trajetória da Administração Pública no Brasil pode ser compreendida como um longo processo de transição, marcado por tentativas periódicas de modernização do Estado, muitas vezes realizadas de maneira descontínua e em resposta a contextos sociais, políticos e econômicos diversos. Essa evolução pode ser agrupada em grandes fases históricas que revelam os esforços do país para superar práticas arcaicas de gestão e aproximar-se de modelos mais racionais, eficientes e democráticos.

Durante grande parte do século XX, o Brasil viveu sob um sistema administrativo predominantemente patrimonialista, no qual o aparelho estatal confundia-se com os interesses privados das elites dominantes. Nesse cenário, os cargos públicos eram distribuídos como favores pessoais, sem critérios de mérito ou impessoalidade. Essa estrutura favorecia o clientelismo, a corrupção e o nepotismo, dificultando qualquer tentativa de administração eficiente e universalista.

A proclamação da República, em 1889, alimentou expectativas de mudança na gestão pública. No entanto, o novo regime manteve a lógica oligárquica da política imperial. A Constituição de 1891 descentralizou o poder e fortaleceu as oligarquias regionais, dando origem à chamada política do “Café com Leite”, onde paulistas e mineiros se revezavam na presidência da República. Nesse período, o poder dos governadores aumentou, mas em muitas regiões do país os “coronéis” locais continuaram exercendo forte controle político e social, em um ambiente marcado pela instabilidade e pelo autoritarismo informal.

Nas primeiras décadas do século XX, com o crescimento urbano e o surgimento das primeiras indústrias nacionais, intensificaram-se as pressões por reformas administrativas. A burguesia industrial emergente e as crescentes demandas sociais passaram a exigir um Estado mais estruturado e eficiente. Esses fatores, somados à crise da política tradicional, contribuíram para o movimento que levou à Revolução de 1930 e à ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Ainda na década de 1920, destacavam-se algumas necessidades cruciais para a reformulação do Estado brasileiro, entre as quais: a formação de grandes organizações produtivas, a ampliação da participação popular, o combate à corrupção e ao favoritismo político, e a construção de uma estrutura administrativa capaz de impulsionar o desenvolvimento nacional. Tais demandas evidenciavam a urgência de uma administração pública moderna e profissionalizada.

A Revolução de 1930 marca, portanto, um ponto de inflexão na evolução da Administração Pública brasileira. Com a ascensão de Vargas e a centralização do poder, o Brasil inicia uma transição mais clara do modelo patrimonialista para o burocrático, com foco na racionalização da máquina estatal. Essa mudança visava criar uma gestão pública mais impessoal, estruturada e orientada por normas, afastando-se da lógica da apropriação privada do Estado.

Contudo, esse processo de modernização da administração não se deu de forma contínua ou linear. Ao longo do século XX, o país experimentaria novos ciclos de reformas — ora burocráticas, ora gerenciais — sempre tensionadas por crises econômicas, mudanças de regime político e disputas ideológicas. Em síntese, a história da Administração Pública no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, sempre impulsionados por contextos mais amplos e complexos da realidade nacional.

REFORMA BUROCRÁTICA E A CRIAÇÃO DO DASP

A Reforma Burocrática no Brasil foi impulsionada por um contexto de intensas transformações políticas, econômicas e sociais na década de 1930, período marcado pela ruptura com o modelo político das oligarquias estaduais e pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder, por meio da Revolução de 1930. A nova configuração do Estado brasileiro, com forte centralização do poder e papel ativo na indução do desenvolvimento, exigia uma estrutura administrativa mais racional e eficiente.



ESTRUTURA DAS NBCs APLICÁVEIS À AUDITORIA

As Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria são emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e formam o conjunto de diretrizes que regulamentam o exercício da atividade de auditoria independente no Brasil. Essas normas são essenciais para garantir qualidade, uniformidade e confiabilidade aos serviços prestados pelos auditores, além de reforçar a confiança dos usuários das demonstrações contábeis.

As NBCs aplicáveis à auditoria estão organizadas em dois grandes blocos: as NBC TA (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria) e as NBC PA (Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais do Auditor). Cada um desses conjuntos possui funções distintas e complementares no contexto da auditoria.

► Classificação geral das normas

As normas de auditoria podem ser organizadas da seguinte forma:

NBC TA – Normas Técnicas de Auditoria:

- Estabelecem os procedimentos técnicos que o auditor deve aplicar durante a execução de uma auditoria de demonstrações contábeis.
- São baseadas nas International Standards on Auditing (ISA), adaptadas à realidade brasileira.
- Organizadas em séries numéricas (exemplo: NBC TA 200, 315, 500 etc.).

NBC PA – Normas Profissionais do Auditor:

- Definem a conduta esperada do profissional da auditoria.
- Estabelecem princípios éticos e responsabilidades do auditor.
- Garantem que o comportamento do auditor esteja em conformidade com os valores fundamentais da profissão contábil.

► Importância da segmentação entre técnica e conduta profissional

A separação entre normas técnicas e profissionais permite uma abordagem mais completa da atividade de auditoria. De um lado, as NBC TA garantem que o trabalho técnico do auditor siga um padrão uniforme e fundamentado. Do outro, as NBC PA cuidam para que esse trabalho seja realizado com ética, diligência e responsabilidade.

Essa estrutura facilita o aprendizado, a aplicação e a fiscalização das normas. A segmentação também auxilia as firmas de auditoria e os auditores independentes a implantarem sistemas de controle de qualidade, treinamentos e revisões internas com base em pilares distintos, porém complementares.

► Principais grupos normativos e seus enfoques

Dentro desse arcabouço normativo, podemos destacar os seguintes agrupamentos:

- Normas técnicas (NBC TA):
 - Divididas por temas, como planejamento, avaliação de risco, evidência de auditoria, conclusões e relatórios.
 - Cada norma trata de uma etapa ou aspecto específico da auditoria.
 - Exemplo: NBC TA 315 trata da identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante.



Conceito

Contabilidade é a ciência social que registra fenômenos financeiros e econômicos que estão atrelados com PATRIMÔNIO (bens, direitos e obrigações) da entidade (pode ser pessoa física ou jurídica; exemplo: empresa, organização ou cia).

Tem como objetivo gerar relatórios com interpretação das mudanças que ocorreram com o patrimônio da empresa e auxiliar na tomada de decisões dos usuários.

Objetivo

O objetivo da Contabilidade é estudar e compreender o patrimônio, que é formado por:

- BENS: prédios, veículos, máquinas, estoque, etc;
- DIREITOS: contas a receber (exemplo, cliente que efetua o pagamento) que pode ser de curto ou longo prazo;
- OBRIGAÇÕES: contas a pagar (exemplo, boletos de fornecedores, empréstimos) que são em curto ou longo prazo;

E com identificação das alterações do patrimônio, expor os dados aos usuários ligados à entidade (internos e externos) para desenvolver objetivos para a organização.

Finalidade

A contabilidade tem por finalidade organizar, analisar e mensurar a riqueza da empresa. Com coleta e registro das mudanças do patrimônio, é possível visualizar o desenvolvimento da organização junto ao mercado.

Além de acompanhar os resultados, compreendendo os dados financeiros é possível a tomada de decisão pelos usuários da entidade. Com o atual cenário econômico, a contabilidade passou a ser um importante direcionador de estratégias definindo diretrizes a serem tomadas pelas empresas.

Usuários

Com as informações contábeis analisadas e registradas, os dados para criação de medidas ficam adequados para os usuários **internos** e **externos**. Que são:

Internos: são aqueles que estão ligados diretamente à empresa, que precisam acompanhar o crescimento, rentabilidade, verificar a criação de projetos. Com os dados, os usuários internos podem saber o melhor momento de expansão da empresa, como criação de filial; aumentar folha de pagamento; aumento ou diminuição dos lucros. São eles:

- Sócios e proprietários;
- Acionista;
- Empregados;
- Administradores.

Externos: esses usuários costumam analisar qual a situação da empresa no mercado, eles procuram saber quais as condições financeiras da empresa, se a mesma tem capacidade de cumprir com suas obrigações para realizar operações de crédito (score) e se está em dia com suas obrigações tributárias. Resumindo, os usuários externos precisam saber se a empresa está cumprindo com os seus compromissos para que assim possam negociar. São eles:



NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (R1), DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (R1) – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, alinhado com o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade e conforme acordo firmado com a International Federation of Accountants (Ifac), que autoriza o CFC a traduzir, reproduzir e publicar as normas internacionais em formato eletrônico, faz saber que foi aprovada, em seu Plenário, a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), em consonância com a Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities, editada pelo International Public Sector Accounting Standards Board da International Federation of Accountants (Ipsasb/Ifac) e revisada de acordo com o IPSASB-HANDBOOK 2024:

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (R1) – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO

Sumário	Item
Prefácio	1 – 24
Introdução	1 – 4
Volume e significância das transações sem contraprestação	5 – 7
Importância do orçamento aprovado	8 – 9
Natureza dos programas e longevidade do setor público	10 – 13
Natureza e propósito dos ativos e passivos no setor público	14 – 17
Papel regulador de entidades do setor público	18 – 19
Relacionamento com as estatísticas de finanças públicas	20 – 24
Capítulo 1 – Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual	1.1 – 1.8D
Função	1.1
Autoridade	1.2 – 1.3
Relatório Contábil de Propósito Geral	1.4 – 1.7
Alcance da estrutura conceitual e das NBCs TSP	1.8 – 1.8D
CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS E USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL	2.1 – 2.31
Objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil	2.1 – 2.2
Usuários dos RCPGs	2.3 – 2.6
Prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão	2.7 – 2.10
Necessidade de informação dos usuários dos serviços e dos provedores de recurso	2.11 – 2.13
Informação fornecida pelos RCPGs	2.14 – 2.28
Situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa	2.14 – 2.17



► O Problema Econômico Fundamental e a Noção de Mercado

A economia é a ciência que estuda a maneira como os recursos escassos são alocados para satisfazer as necessidades ilimitadas dos indivíduos. Esse dilema central dá origem ao chamado problema econômico fundamental, que pode ser resumido em três questões básicas: o que produzir, como produzir e para quem produzir. Como os recursos (terra, capital, trabalho e tecnologia) são limitados, é necessário decidir quais bens e serviços devem ser produzidos, quais métodos produtivos devem ser empregados e como os produtos serão distribuídos entre os diferentes agentes econômicos.

As economias podem lidar com esse problema de maneiras distintas, dependendo do sistema econômico adotado. Em economias de mercado, a alocação de recursos ocorre principalmente por meio da interação entre oferta e demanda, com os preços desempenhando o papel de reguladores naturais do sistema. Em economias planejadas, o governo assume um papel central na definição do que será produzido e como os bens serão distribuídos. Já em economias mistas, há uma combinação entre mecanismos de mercado e intervenções governamentais para corrigir falhas e promover maior equilíbrio econômico.

O mercado, portanto, é o espaço onde ocorrem as trocas voluntárias entre consumidores e produtores. Ele pode ser classificado de diferentes maneiras, dependendo dos bens transacionados e da estrutura competitiva. Os mercados podem ser de bens e serviços, onde produtos finais são comprados e vendidos, ou de fatores de produção, onde empresas adquirem insumos como trabalho e capital. Além disso, o mercado pode ter diferentes estruturas, desde a concorrência perfeita, onde há grande número de ofertantes e demandantes, até o monopólio, onde um único agente controla a oferta de determinado bem ou serviço.

A eficiência dos mercados depende do funcionamento adequado dos mecanismos de preços, que sinalizam aos agentes econômicos quais bens são mais escassos e quais são abundantes. No entanto, mercados podem apresentar falhas, como externalidades negativas, assimetrias de informação e formação de monopólios, que podem exigir intervenção governamental para garantir um funcionamento mais eficiente e equilibrado.

Nos próximos tópicos, aprofundaremos a discussão sobre os fluxos econômicos em uma economia de mercado e a distinção entre variáveis-fluxo e variáveis-estoque, conceitos essenciais para compreender o funcionamento do sistema econômico.

Fluxos Econômicos em uma Economia de Mercado

Os fluxos econômicos representam as interações entre os diferentes agentes econômicos e são fundamentais para compreender o funcionamento de uma economia de mercado. Esses fluxos descrevem o movimento contínuo de bens, serviços e dinheiro entre famílias, empresas, governo e o setor externo.

O modelo mais simples para ilustrar esses fluxos é o fluxo circular da renda, que mostra a interdependência entre os agentes econômicos. Esse modelo básico apresenta dois grandes mercados:

1. Mercado de Bens e Serviços – Onde as empresas oferecem produtos e as famílias atuam como consumidoras, adquirindo bens e serviços em troca de dinheiro.

2. Mercado de Fatores de Produção – Onde as famílias fornecem trabalho, capital e terra para as empresas, recebendo rendimentos na forma de salários, juros, lucros e aluguéis.

O fluxo circular da renda também envolve a atuação do governo, que arrecada tributos e realiza gastos públicos, e do setor externo, que interage com a economia por meio das exportações e importações.

Os fluxos econômicos podem ser representados de duas maneiras principais:

- **Fluxos reais** – Correspondem à movimentação física de bens e serviços, como o fornecimento de mão de obra pelas famílias às empresas ou a venda de um carro em uma concessionária.
- **Fluxos monetários** – Representam os pagamentos associados às transações econômicas, como o pagamento de salários, juros ou o consumo das famílias.



DADOS

Os dados representam informações que podem ser armazenadas, manipuladas e analisadas por sistemas computacionais. Eles podem ser numéricos, textuais, booleanos, imagens, vídeos ou qualquer outra forma de informação digital. Dados isolados não possuem significado, mas, quando organizados e interpretados, tornam-se informações.

Tipos de Dados

- **Estruturados:** organizados em um formato fixo, como tabelas de bancos de dados.
- **Semiestruturados:** possuem alguma organização, mas não seguem um formato fixo, como arquivos XML e JSON.
- **Não estruturados:** sem um formato predefinido, como imagens, áudios e vídeos.

Atributos de Dados

Os atributos são as características ou propriedades de um dado. Eles descrevem os elementos dentro de um conjunto de dados. Tipos de Atributos:

- **Nominais:** categóricos sem ordem específica (exemplo: cores, nomes de cidades).
- **Ordinais:** categóricos com uma ordem definida (exemplo: pequeno, médio, grande).
- **Numéricos:** Podem ser discretos (valores contáveis), como número de alunos em uma sala, ou contínuos (valores dentro de um intervalo), como altura ou peso.

Métricas de Dados

As métricas são medidas utilizadas para avaliar conjuntos de dados. Algumas das principais são:

- **Médias Estatísticas:** média, mediana e moda.
- **Dispersão:** variância, desvio padrão e amplitude.
- **Correlação:** mede a relação entre dois conjuntos de dados.
- **Integridade:** verifica se os dados estão completos e consistentes.
- **Qualidade:** avalia a precisão, confiabilidade e atualização dos dados.

Transformação de Dados

A transformação de dados é o processo de converter os dados em um formato adequado para análise e processamento. Algumas técnicas incluem:

- **Normalização:** Processo de ajuste de valores para um padrão comum. Exemplo: converter notas de diferentes escalas para uma mesma faixa (0 a 10).
- **Padronização:** Transforma os dados para que tenham uma distribuição estatística conhecida, geralmente com média zero e desvio padrão um.
- **Discretização:** Converte dados contínuos em categorias. Exemplo: converter idades exatas em faixas etárias (0-18, 19-35, 36-60, 60+).
- **Limpeza de Dados:** Identifica e corrige erros, como valores duplicados, ausentes ou inconsistentes.
- **Integração de Dados:** Combina informações de diferentes fontes para formar um único conjunto de dados coerente.



ORIGEM, FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ESTADO

► Formas pré-estatais de organização política

Antes do surgimento do Estado propriamente dito, os grupos humanos já apresentavam formas de organização social e política. Essas estruturas eram mais simples, baseadas em vínculos familiares, religiosos, econômicos ou militares, sem a presença de uma autoridade política institucionalizada nos moldes atuais. A convivência humana, desde as comunidades primitivas, exigia regras mínimas de conduta, formas de liderança e mecanismos de solução de conflitos, ainda que não existisse um poder soberano centralizado.

Nas sociedades tribais, por exemplo, a autoridade costumava estar associada à tradição, à força física, à idade, à experiência ou ao prestígio religioso. O chefe, o patriarca, o conselho de anciãos ou o líder guerreiro exerciam funções de comando, mas esse poder não se confundia com o Estado moderno, pois faltavam elementos como território juridicamente delimitado, soberania institucional e organização permanente do poder.

Principais formas pré-estatais

- **Família patriarcal:** organização baseada na autoridade do chefe familiar, responsável pela direção econômica, moral e religiosa do grupo.
- **Clã:** agrupamento de famílias ligadas por origem comum, real ou simbólica, com forte identidade coletiva.
- **Tribo:** reunião de clãs ou grupos familiares mais amplos, geralmente unidos por costumes, língua, religião e defesa comum.
- **Cidade antiga:** forma mais complexa de organização, já próxima da estrutura estatal, como ocorreu nas cidades gregas e romanas.

Essas formações demonstram que o Estado não surgiu de maneira repentina, mas como resultado de um longo processo de complexificação social. À medida que os grupos humanos cresceram, surgiram novas necessidades: defesa do território, organização da produção, controle de conflitos, criação de normas e definição de autoridades estáveis. Esse processo preparou o caminho para o surgimento das primeiras formas de Estado.

► Teorias sobre a origem do Estado

A origem do Estado é explicada por diferentes teorias. Nenhuma delas, isoladamente, esgota o fenômeno estatal, pois o Estado é resultado de fatores históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos. Ainda assim, essas teorias ajudam a compreender como a doutrina procurou justificar o nascimento do poder político organizado.

Teorias principais

- **Teoria naturalista:** entende que o Estado surgiu naturalmente da própria sociabilidade humana. O ser humano, por viver em sociedade, teria desenvolvido formas de organização política cada vez mais complexas.
- **Teoria contratualista:** sustenta que o Estado nasceu de um acordo entre indivíduos, que renunciaram a parte de sua liberdade para criar uma autoridade comum capaz de garantir ordem, segurança e proteção.
- **Teoria da força:** afirma que o Estado teria origem na dominação de grupos mais fortes sobre grupos mais fracos, especialmente por meio da guerra, conquista e imposição do poder.
- **Teoria econômica:** relaciona o surgimento do Estado à necessidade de organizar a produção, proteger a propriedade e administrar desigualdades sociais e econômicas.



A Seguridade Social é um sistema integrado de proteção social (saúde, assistência e previdência) previsto na Constituição de 1988, visando garantir mínimos sociais e dignidade humana. Diferencia-se da Previdência, que é um sub-ramo contributivo obrigatório para substituir a renda do trabalhador, por ser o “gênero” que engloba ações públicas e privadas

A Seguridade Social, nos termos do art. 194 da Constituição Federal, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

A Seguridade Social engloba, portanto, um conceito amplo, abrangente, universal, destinado a todos que dela necessitem, desde que haja previsão na lei sobre determinado evento a ser coberto. É na verdade, o gênero do qual são espécies a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

A Previdência Social é um sistema contributivo obrigatório que visa proteger o trabalhador e sua família contra riscos como doença, invalidez, idade avançada e morte, substituindo a renda.

A Previdência Social, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se a única categoria de proteção social que requer contribuição dos segurados como condição para ampará-los.

É importante frisar que a Constituição estabelece no caput do art. 194 que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos fundamentais relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), muitos avanços ocorreram na seguridade social. A saúde passou a ser um dever do Estado e um direito de todos, independentemente de contribuição. É dever do Estado prestar assistência social às pessoas carentes, sem exigência de contribuição, como forma de assegurar o mínimo existencial, materializando o corolário da dignidade da pessoa humana. A Previdência Social tornou-se a única modalidade de proteção social que exige contribuição dos segurados, como condição para ampará-los de futuros infortúnios sociais e de outras situações que merecem amparo (riscos sociais).

Conforme estabelece o art. 201 da CF/1988, a Previdência Social atenderá, nos termos da lei: a) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; b) proteção à maternidade, especialmente à gestante; c) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; d) salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e e) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

A previdência social está organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória. Ademais, toda pessoa física que exerça alguma atividade remunerada será, obrigatoriamente, filiada ao Regime Geral de Previdência Social, exceto se esta atividade gerar filiação obrigatória a Regime Próprio de Previdência Social.



Classificação

A doutrina majoritária classifica a competência tributária em:

▪ Competência Privativa

Refere-se à competência para criar impostos atribuída com exclusividade a um ente político. Os impostos tiveram sua competência para instituição definida pela CF de maneira privativa.

Assim, cabe privativamente a instituição dos seguintes impostos:

- a) À União: IR, II, IE, IOF, IPI, IEG, IGF, ITR, impostos residuais.
- b) Aos Estados e DF: IPVA, ITCMD, ICMS.
- c) Aos Municípios e DF: ISS, IPTU, ITBI.

A lista de impostos dos Estados, DF e Municípios é absolutamente exaustiva, não podendo instituírem quaisquer outros. Já a da União é exemplificativa, já que os impostos residuais permitem a criação de uma série de outros impostos por meio de lei complementar, inclusive permitindo a bitributação¹ e o *bis in idem*².

▪ Competência Tributária Comum

Ela é comum quando todos os entes federativos podem instituir os mesmos tributos, como por exemplo as taxas e contribuição de melhoria.

▪ Competência Tributária Cumulativa

Prevista no art. 147 da CF/88, refere-se à competência da União em instituir impostos estaduais nos Territórios, os Municipais, caso eles não sejam divididos em Municípios, e da competência do DF instituir os impostos municipais em seu território.

CF, Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

▪ Competência Tributária Plena

A União poderá instituir e cobrar todos os tributos previstos na Constituição da República, em caso de criação de Território e não sendo este, subdividido em Municípios. Seria o único caso de competência tributária plena.

Entretanto, ela pode também, no caso de guerra externa ou sua iminência, exercer a bitributação e o *bis in idem*.

Exercício da competência tributária

O exercício do poder atribuído é uma faculdade, não uma imposição constitucional. Cada ente decide, de acordo com seus critérios de oportunidade e conveniência política, sobre seu exercício.

¹ *Bitributação é um fenômeno do direito tributário que leva à tributação dupla de um mesmo fato gerador, realizada por dois entes diferentes. Ou seja: dois poderes públicos (União, estados e municípios, por exemplo) cobram um tributo do contribuinte sobre a mesma operação.*

² *O bis in idem é um fenômeno do direito que consiste na repetição (bis) de uma sanção sobre o mesmo fato (in idem). Ele pode ocorrer em diversas áreas do direito brasileiro, como no ramo do Direito Tributário, quando o mesmo ente tributante cobra um tributo do mesmo contribuinte sobre o mesmo fato gerador várias vezes. É importante destacar que o bis in idem não pode ser confundido com a bitributação, que ocorre quando entes distintos realizam a cobrança do mesmo tributo sobre um mesmo contribuinte.*



PRINCIPAIS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional corresponde às relações econômicas realizadas entre países por meio da troca de bens, serviços, tecnologias e capitais, desempenhando importante papel na integração econômica global e no funcionamento da economia mundial. Essas relações intensificaram-se com a industrialização, a globalização econômica e o avanço dos sistemas de transporte e comunicação, tornando os mercados internacionais cada vez mais interdependentes. As diferenças existentes entre os países quanto à disponibilidade de recursos naturais, tecnologia, mão de obra e capacidade produtiva favorecem a especialização econômica, permitindo que cada nação concentre sua produção nos setores em que apresenta maior eficiência relativa.

A especialização produtiva contribui para formação da divisão internacional do trabalho e possibilita ganhos econômicos associados ao aumento da produtividade, expansão dos mercados consumidores, redução de custos de produção e ampliação da competitividade econômica. As teorias do comércio internacional surgiram com o objetivo de explicar os motivos que levam os países a realizarem trocas comerciais e os benefícios econômicos decorrentes dessas relações, considerando fatores como eficiência produtiva, custos, disponibilidade de recursos e especialização econômica.

► Mercantilismo

O mercantilismo representou uma das primeiras formas organizadas de pensamento econômico relacionadas ao comércio internacional, desenvolvendo-se principalmente entre os séculos XVI e XVIII. Esse modelo defendia que a riqueza das nações estava associada à acumulação de metais preciosos, especialmente ouro e prata, razão pela qual o comércio exterior era considerado instrumento fundamental para fortalecimento econômico e político dos Estados nacionais.

Os mercantilistas defendiam a manutenção de balanças comerciais favoráveis, caracterizadas pela superioridade das exportações em relação às importações. Para atingir esse objetivo, os governos adotavam políticas protecionistas, incluindo tarifas alfandegárias, restrições às importações, estímulos às exportações e forte intervenção estatal na economia. Embora o mercantilismo tenha contribuído para expansão das atividades comerciais internacionais e fortalecimento dos Estados modernos, suas ideias foram posteriormente criticadas pelos economistas clássicos, especialmente em razão do excessivo intervencionismo estatal e da concepção limitada de riqueza econômica baseada apenas na acumulação de metais preciosos.

► Teoria das Vantagens Absolutas

A Teoria das Vantagens Absolutas foi desenvolvida por Adam Smith no século XVIII como crítica às ideias mercantilistas, defendendo que os países devem especializar-se na produção dos bens em que apresentam maior eficiência absoluta, ou seja, aqueles produzidos com menor utilização de recursos ou menor custo produtivo em comparação com outras nações. Segundo essa perspectiva, o comércio internacional torna-se vantajoso quando cada país concentra sua produção nos setores em que possui maior produtividade e importa os produtos nos quais apresenta menor eficiência produtiva, favorecendo aumento da produção global, maior eficiência econômica e benefícios mútuos entre as economias participantes das trocas comerciais. Essa teoria representou importante avanço no pensamento econômico ao demonstrar que o comércio internacional pode gerar vantagens recíprocas para diferentes países, afastando a concepção mercantilista de que apenas uma nação poderia beneficiar-se economicamente das relações comerciais internacionais.

► Teoria das Vantagens Comparativas

A Teoria das Vantagens Comparativas foi formulada por David Ricardo no início do século XIX e constitui uma das principais bases teóricas do comércio internacional moderno. Essa teoria demonstrou que o comércio internacional pode ser vantajoso mesmo quando um país apresenta maior eficiência absoluta na produção de



Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
É um regime mais abrangente	É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público
Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

► Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/1988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos:

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade:

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.



ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

O Imposto sobre a Importação é um tributo de competência da União, previsto na Constituição Federal como instrumento relacionado ao comércio exterior e à política econômica do país. Sua principal função não é apenas arrecadatória, mas também regulatória, razão pela qual é classificado como um imposto de forte natureza extrafiscal. Isso significa que o governo pode utilizar o imposto para estimular ou restringir a entrada de produtos estrangeiros no território nacional, conforme os interesses econômicos, industriais e comerciais do país.

A Constituição Federal autoriza a União a instituir e regulamentar o Imposto sobre a Importação, conferindo ao Poder Executivo certa flexibilidade para alterar suas alíquotas sem a necessidade de aprovação de nova lei em cada modificação. Essa característica existe porque o comércio internacional sofre alterações rápidas e constantes, exigindo respostas igualmente rápidas do Estado. Assim, o Executivo pode elevar ou reduzir alíquotas para enfrentar situações econômicas específicas, como aumento excessivo das importações, proteção de determinados setores produtivos ou incentivo à entrada de certos produtos considerados estratégicos.

Entre as principais características constitucionais do Imposto sobre a Importação, destaca-se a exceção aos princípios da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal. Em regra, a maioria dos tributos somente pode ser cobrada no exercício financeiro seguinte à criação ou após determinado prazo da publicação da lei. Entretanto, o Imposto sobre a Importação pode ter suas alíquotas alteradas com aplicação imediata, justamente em razão de sua função regulatória e econômica.

Outro ponto importante é a relação do Imposto sobre a Importação com a política econômica e cambial do país. Quando o governo aumenta as alíquotas do imposto, os produtos estrangeiros tendem a ficar mais caros no mercado interno, reduzindo sua competitividade em relação aos produtos nacionais. Por outro lado, a redução das alíquotas pode facilitar a entrada de mercadorias importadas, aumentando a concorrência e ampliando a oferta de produtos no mercado brasileiro.

Mesmo possuindo características especiais, o Imposto sobre a Importação continua submetido aos princípios constitucionais tributários. O princípio da legalidade permanece aplicável, já que a criação do tributo depende de lei. O que a Constituição permite é que o Poder Executivo altere as alíquotas dentro dos limites definidos em lei. Também se aplicam princípios como isonomia tributária, vedação ao confisco e segurança jurídica, embora a capacidade contributiva tenha incidência mais limitada nesse imposto, devido à sua finalidade predominantemente econômica e regulatória.

► Principais características constitucionais do Imposto sobre a Importação

O Imposto sobre a Importação possui características próprias que o diferenciam de diversos outros tributos do sistema tributário brasileiro. Essas particularidades estão diretamente relacionadas à sua função econômica e regulatória, permitindo que o Estado utilize o imposto como mecanismo de controle do comércio exterior e de proteção da economia nacional. Conhecer essas características é fundamental para compreender a lógica de funcionamento do tributo e identificar os pontos mais cobrados em provas:

- Tributo de competência da União
- Incide sobre a entrada de produtos estrangeiros no país
- Possui forte natureza extrafiscal
- Utilizado como instrumento de política econômica e comercial
- Permite alteração de alíquotas pelo Poder Executivo
- Não se submete à anterioridade anual
- Não se submete à anterioridade nonagesimal
- Relaciona-se diretamente com o comércio exterior



JURISDIÇÃO ADUANEIRA¹

A jurisdição aduaneira representa o poder do Estado em opor regras jurídicas sobre território específico.

São exemplos: atividades de fiscalização, controle e exigência de determinadas condutas dos indivíduos que nele se encontram.

Quem será submetido a jurisdição nacional?

Tantos os brasileiros quanto os estrangeiros que estiverem no país (dentro do nosso território), de forma que deverão cumprir todas as normas previstas pela legislação.

A lei que regulamenta a jurisdição aduaneira é o Decreto 6.759/2009 (conhecido como Regulamento Aduaneiro), trata-se de norma infralegal, cuja expedição cabe privativamente ao Presidente da República, por força do artigo 84, IV, da Constituição Federal (poder regulamentar).

Art. 84. *Compete privativamente ao Presidente da República:*

()

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

Ainda que os Decretos não possuam força de lei, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas devem respeitar o que ali consta.

O STF já firmou o entendimento de que as normas infralegais aduaneiras podem impor restrições com a finalidade de controle, a exemplo da proibição para a importação de pneus usados, conforme se observa da decisão a seguir:

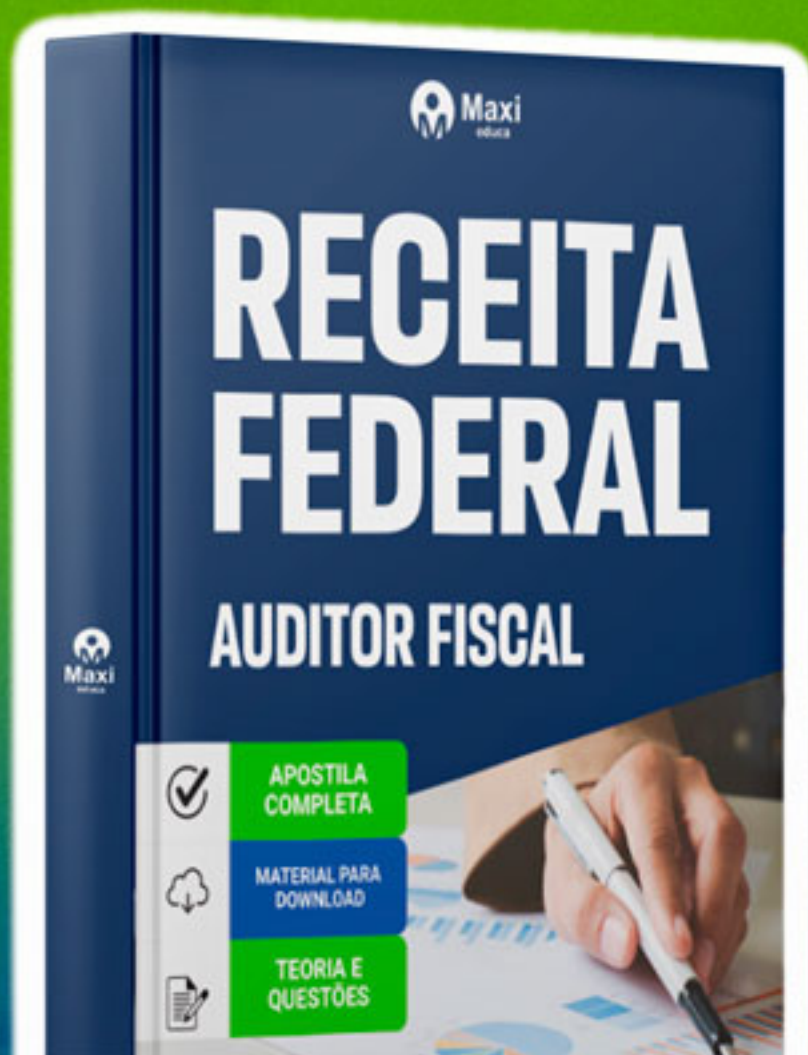
A relatora (...) afastou (...) o argumento de que as restrições que o Brasil quer aplicar aos atos de comércio não poderiam ser veiculadas por ato regulamentar, mas apenas por lei em sentido formal. No ponto, reputou plenamente atendido o princípio da legalidade, haja vista que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem como área de competência o desenvolvimento de políticas de comércio exterior e a regulamentação e execução das atividades relativas a este, sendo que as normas editadas pelo seu Departamento de Comércio Exterior — DECEX, responsável pelo monitoramento e pela fiscalização do comércio exterior, seriam imediatamente aplicáveis, em especial as proibitivas de trânsito de bens, ainda não desembaraçados, no território nacional. Citou diversas normas editadas pelo Decex e Secex que, segundo jurisprudência da Corte, teriam fundamento direto na Constituição (art. 237) (ADPF 101, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 11-3-2009, Plenário, Informativo 538).

Caso esse assunto seja tema da sua prova, entenda que consta pacificado no Supremo Tribunal Federal.

► Território Aduaneiro

O conceito de “território aduaneiro” não deve ser confundido com “território nacional”. Analise o quadro abaixo para entender melhor a diferença entre ambos:

1 [Lenza, Pedro. *Coleção Esquematizado*® – Comércio Internacional e Legislação Aduaneira / Pedro Lenza, Roberto Caparroz ; coordenado por Pedro Lenza. – 10. ed. – [2. Reimp.] São Paulo : Saraiva Jur, 2026.]



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

[QUERO MINHA APROVAÇÃO!](#)